

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>	
<p>Despacho</p>		
<p>Autor: Dep. Guilherme Maluf</p>		

INDICA ao Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal de Educação, a necessidade de construção de uma rampa nas dependências da Escola Municipal Orniza de Amorim Soares, no Bairro Jardim Vitória, na Capital.

INDICA ao Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal, a necessidade de construção de uma rampa nas dependências da Escola Municipal Orniza de Amorim Soares, no Bairro Jardim Vitória, na Capital.

Com fulcro no Art. 160, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, após a manifestação favorável do Soberano Plenário, solicito o envio deste expediente legislativo à autoridade supracitada, diante do pleito recebido na sexta edição do Sábado Social, pela senhora Suely Cardoso, Presidente da Associação de Mulheres do Bairro Jardim Vitória, a necessidade de construção de uma rampa nas dependências da Escola Municipal Orniza de Amorim Soares, no Bairro Jardim Vitória, na Capital.

JUSTIFICATIVA

Esta propositura se dá diante do pleito recebido na sexta edição do Sábado Social, formulado por **SUELY CARDOSO, PRESIENDE DA ASSOCIAÇÃO DE MEULHRES DO BAIRRO JARDIM VITÓRIA**, uma importante liderança que participou do evento.

Diante disso, ponderou-se a necessidade de construir-se uma rampa na Escola Municipal Orniza de Amorim Soares.

A acessibilidade é um fator essencial no processo de inclusão educacional. O espaço e o ambiente escolar têm a capacidade de proporcionar e aproximar a comunicação e a convivência entre as pessoas. Sempre que se pergunta se algum local é acessível, geralmente a resposta é positiva baseada na existência de uma rampa, independente se está adequada ou não. A rampa se tornou um símbolo de acessibilidade física, assim como o banheiro adaptado. No entanto, a adequação dos espaços não se resume apenas a estes dois elementos. Pode-se definir acessibilidade como conjunto de condições e possibilidades de alcance a todas as pessoas, para a utilização com segurança e autonomia de espaços e edificações, sejam eles públicos ou

privados. O mobiliário e os equipamentos devem proporcionar a maior autonomia, conforto e independência possível a todos e dar a pessoa com deficiência, o direito de ir e vir a todos os locais da escola, de se comunicar livremente e participar de todas as atividades com o máximo de independência possível. Além da acessibilidade arquitetônica, é necessário prover a acessibilidade na sinalização e comunicação, e estimular acessibilidade atitudinal como forma de desenvolver uma cultura de valores inclusivos na escola. Além disso, contar com as ajudas técnicas que são produtos, instrumentos, equipamentos ou sistemas técnicos usados por uma pessoa com deficiência, especialmente produzidos ou disponíveis no mercado, que previne, compensa, atenua ou neutraliza uma incapacidade. As ajudas técnicas podem ser divididas em: Ajudas técnicas para facilitar a vida diária das pessoas com deficiência, englobando as áreas de higiene, vestuário, alimentação.

Equipamentos adaptados para a reabilitação, o lazer e os esportes, englobando recursos que facilitem a locomoção e o transporte (cadeira de rodas, andadores, próteses, órteses, bicicletas adaptadas, etc.). Equipamentos para favorecer o acesso (rampas, elevadores, veículos adaptados). Facilitadores pedagógicos (brinquedos pedagógicos, pranchas de apoio, prancha ortostática, stand-table, adaptações de mão para uso de lápis, tesoura, borracha, e os demais recursos e acessórios didáticos adaptados, englobando a comunicação a compreensão e a resposta do aluno).

Três em cada quatro escolas do país não contam com itens básicos de acessibilidade, como rampas, corrimãos e sinalização. Menos de um terço possui sanitários adaptados para deficientes. É o que revela o Censo Escolar 2014, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Dados tabulados a pedido do G1 pela Fundação Lemann e pela Meritt, responsáveis pelo portal QEdu, indicam que apenas 23 municípios do Brasil contam com todas as suas escolas acessíveis – incluindo banheiros totalmente adequados a deficientes.

Os números revelam as barreiras para se cumprir um princípio básico previsto por lei: o direito de todas as crianças de frequentar uma escola.

No caso das escolas municipais, o índice é ainda mais crítico: só 17% das unidades têm as estruturas mínimas para deficientes. Manuelina Martins, vice-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), diz que o dado é preocupante. “A questão da acessibilidade é fundamental. Hoje há um número significativo de alunos incluídos na rede. É preciso investir na adaptação desses locais.”

De acordo com dados do Censo Escolar, há cerca de 700 mil alunos com deficiência matriculados hoje no ensino básico – um número que não para de crescer.

As cidades de Cuiabá e Várzea Grande juntas registram uma população de aproximadamente 856.706 mil habitantes, dentre os quais mais de 53,57% da população de Cuiabá e 62,29% da população declararam para o censo do IBGE (2010) ter renda per capita de até dois salários mínimos.

Os serviços públicos básicos oferecidos a população de saúde e educação em sua maioria cumprem um atendimento de segunda a sexta-feira, para a população que possui emprego fixo, em muitos casos para usufruir de um atendimento público necessita faltar o dia de trabalho ou atrasar-se, ainda assim carecem por esperar meses a fio para atendimento.

Pouco se é discutido com as lideranças comunitárias acerca de políticas públicas voltadas a juventude, aos idosos, as crianças e principalmente a preservação do meio ambiente.

Vivemos em uma era digital onde a população tem acesso a informações dinâmicas e precisas, mas o que veem na prática é um distanciamento do poder público no sentido de atender as demandas existentes nas comunidades.

Diante de tais situações o Projeto Sábado Social justifica-se da necessidade iminente em atender-se as demandas existentes voltadas a preservação do meio ambiente, serviços de saúde preventiva, lazer e desenvolvimento humano nos bairros periféricos de Cuiabá e Várzea Grande.

Moradores dos bairros Jardim Vitória, Três Poderes, Residencial Milton Figueiredo, Paraíso I e II, Jardim União, entre outros, apresentaram suas principais demandas ao deputado estadual Guilherme Maluf (PSDB) e demais autoridades presentes na sexta edição do projeto “Sábado Social”.

O intuito dessa reunião é promover o contato da população com a classe política, por isso reunimos em um só lugar representantes da Assembleia Legislativa, Câmara Municipal e Prefeitura de Cuiabá, sem levar em conta bandeiras partidárias.

Em face do exposto e para que o objetivo pretendido possa ser alcançado, na forma aqui disposta, cumpre-me levar a presente matéria legislativa ao conhecimento e à elevada apreciação de meus distintos pares, aos quais conclamo, nesta oportunidade, dispensarem a mesma o devido apoio para a sua regimental acolhida e merecida aprovação.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 04 de Dezembro de 2017

Guilherme Maluf
Deputado Estadual